

1. [Constituição Federal – Capítulo da Seguridade Social](#) – Artigos 196 a 200.
2. [Lei Nº 8080, de 19 de setembro de 1990](#) – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Lei de criação das CIB, CIT, CIR, CONASS e CONASEMS.
3. [Lei Nº 8142, de 28 de dezembro de 1990](#) – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.
4. [Portaria Nº 545, de 20 de maio de 1993](#) – Estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde através da Norma Operacional Básica – SUS 01/93.
5. [Portaria Nº 2203, de 5 de novembro de 1996](#) – Aprova, nos termos do texto anexo a esta Portaria, a NOB 1/96, a qual redefine o modelo de gestão do Sistema Único de Saúde, constituindo, por conseguinte, instrumento imprescindível à viabilização da atenção integral à saúde da população e ao disciplinamento das relações entre as três esferas de gestão do Sistema.
6. [Lei Nº 9.836, de 23 de setembro de 1999](#) – Acrescenta dispositivos à Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990 – dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
7. [Emenda Constitucional Nº 29, de 13 de setembro de 2000](#) – Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.
8. [Portaria Nº 373, de 27 de fevereiro de 2002](#) – Aprova a Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS-SUS 01/2002 que amplia as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica, dentre outros.
9. [Resolução CNS Nº 333, 04 de novembro de 2003](#) – Aprova as diretrizes para criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos conselhos de Saúde, além da definição dos mesmos.
10. [Lei Nº 11.108, de 07 de abril de 2005](#) – Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
11. [Portaria Nº 339, de 22 de fevereiro de 2006](#) – Divulga o Pacto pela Saúde 2006: Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.
12. [Portaria Nº 699, de 30 de março de 2006](#) – Regulamenta as Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida e de Gestão.
13. [Portaria Ministerial nº 1097 de 22 de maio de 2006](#) - Define o processo da Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde.
14. [Decreto Nº 7508, de 28 de junho de 2011](#) – Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de

setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.

15. [Lei Nº 12.466, de 24 de agosto de 2011](#) – Acrescenta os artigos 14-A e 14-B à Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para dispor sobre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e suas respectivas composições.

16. [Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

17. [Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012](#) – Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993.

18. [Resolução CNS Nº 453, de 10 de maio de 2012](#) – Aprova diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

19. [Decreto Nº 7724, de 16 de maio de 2012](#) – Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

20. [Resolução CIT Nº 04, de 19 de julho de 2012](#) - Dispõe sobre a pactuação tripartite acerca das regras relativas às responsabilidades sanitárias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para fins de transição entre os processos operacionais do Pacto pela Saúde e a sistemática do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP);

21. [Portaria de Consolidação Nº 1, 28 de setembro de 2017 -](#) Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

22. [Portaria de Consolidação Nº 2, de 28 de setembro de 2017 -](#) Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

23. [Portaria de Consolidação Nº 3, de 28 de setembro de 2017 -](#) Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

24. [Portaria de Consolidação Nº 4, de 28 de setembro de 2017 -](#) Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

25. [Portaria de Consolidação Nº 5, de 28 de setembro de 2017 -](#) Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
26. [Portaria de Consolidação Nº 6, de 28 de setembro de 2017 -](#) Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.